Portugal

Na sequência das Conclusões do Conselho da União sobre Digitalização e Acessibilidade em linha de Material Cultural e Preservação Digital, publicadas em 7 de Dezembro de 2006, e mais especificamente nos termos do seu Anexo, vem a delegação de Portugal, através do Ministério da Cultura, apresentar o relatório de progresso, em conformidade com o formulário oportunamente distribuído pela Comissão.

Antes porém de responder às perguntas contidas naquele documento, deverá sublinhar-se que a política de digitalização levada a cabo nos últimos anos pelos organismos do Ministério da Cultura obedece aos *princípios* da acessibilidade, preservação, segurança dos bens culturais, em particular dos que se revestem de especial significado do ponto de vista patrimonial, estímulo à criatividade e fomento da investigação.

Na consecução desta política pública atenta-se permanentemente à preocupação de não serem postos em causa os *direitos de autor*, tal como consagrados na lei interna e nos actos supranacionais que vinculam o Estado português.

Os principais *objectivos* que se prosseguem com a digitalização são, de um lado, a sustentabilidade dos acervos e, de outro, o impulso do sector empresarial relevante.

Cabe ainda referir que as *dificuldades* a ultrapassar na prossecução desta política, tida como prioritária pelo Ministério da Cultura, se relacionam com os avultados meios financeiros que a mesma requer e, bem assim, com os recursos humanos exigidos. Acresce a necessidade de um melhor funcionamento do mercado, visto não existir ainda um grau suficiente de adequação das empresas às necessidades específicas das instituições culturais.

Na medida em que há especificidades próprias no contexto da digitalização, consoante se esteja perante bibliotecas, arquivos ou museus, as respostas ao questionário reflectem tais particularidades.

A. DIGITISATION AND ONLINE ACCESSIBILITY

A1. Progress on the systematic gathering of information about current and planned digitisation of books, journals, newspapers, photographs, museum objects, archival documents, audiovisual material and the availability of overviews of such digitisation in order to prevent duplication of efforts and promote collaboration and synergies at European level.

A Biblioteca Nacional de Portugal está a preparar um serviço em linha de Registo Nacional de Obras Digitalizadas, que ficará relacionado com os serviços da Base Nacional de Dados Bibliográficos – PORBASE. O serviço destina-se a recolher e disponibilizar na Internet, de forma simples e constantemente actualizada, informação sobre títulos digitalizados de material impresso de bibliografia portuguesa, com o objectivo de evitar a duplicação de trabalhos de digitalização e de angariar dados concretos sobre as actividades neste âmbito. Este serviço de informação incluirá dados sobre títulos/edições quer já digitalizados quer em intenção de digitalização, normas de conversão, formatos de acesso, respectiva localização e outras condições de acessibilidade na rede. Fornecerá, também, dados sobre as instituições que realizaram a digitalização e providenciam o acesso à cópia digital, assim como mecanismos de verificação da manutenção dos recursos acessíveis na rede. A proposta deste serviço segue de perto algumas iniciativas internacionais recentes (caso da *Digital Library Federation* e da OCLC).

Outras bibliotecas, designadamente a Biblioteca da Assembleia da República, desenvolvem de igual modo processos de digitalização de material informativo, bem como dos acervos à sua guarda.

No que respeita à digitalização e acesso em linha ao património das imagens em movimento, a Cinemateca

Portuguesa -Museu do Cinema participa no âmbito da Associação Europeia de Cinematecas (ACE), de que é membro, na implementação de um projecto colectivo dos arquivos europeus relacionado com a questão do acesso a documentos digitalizados, incluindo imagens em movimento, imagens fixas ou qualquer forma de texto. Esta plataforma, denominada “*European Film Gateway*”, ficará ligada à plataforma mais vasta “EUDL-European Digital Library”. O projecto foi aprovado pela Comissão Europeia no âmbito do programa “eContentplus”, (dentro deste, no âmbito específico das “Best practice networks”) e decorrerá entre 2008 e 2011.

Consiste este projecto na criação de um “ponto centralizado” na Internet, através do qual qualquer potencial utilizador poderá aceder a imagens ou dados digitalizados pelos arquivos participantes, nas condições (nomeadamente de ordem legal ou financeira) decididas por esses mesmos arquivos. O objectivo é o de criar um ponto de acesso comum que permite ao utilizador chegar rapidamente às obras ou documentos, que cada arquivo participante decidiu previamente digitalizar e disponibilizar por via digital através do seu próprio “site”.

A Cinemateca Portuguesa irá participar a partir de 2010 com as seguintes colecções:

- a) Produção não-ficção muda portuguesa (1895-1931): materiais fílmicos.
- b) Produção não-ficção muda portuguesa (1895- 1931): recortes de imprensa e outro material bibliográfico.
- c) Produção não ficção-muda portuguesa (1895-1931): material gráfico.

Na área da *música*, a Direcção-Geral das Artes criou uma plataforma em linha de publicação de conteúdos relativos à música portuguesa. A partir de cerca de 500 partituras e uma centena de CDs de música erudita e tradicional, disponibiliza-se em linha uma base de dados, construída para o efeito, com vista à divulgação do património musical na vertente erudita e numa perspectiva cronológica. Registou-se um enorme progresso neste capítulo, permitindo-se o acesso à história da música portuguesa, desde o século XVIII até aos clássicos do século XX. Ainda nesta área, tem sido desenvolvida uma estratégia no sentido de evitar a duplicação de informação e colmatar falhas.

Relativamente às *artes plásticas*, foi desenvolvida uma galeria de arte virtual e uma colecção de arte, portais

que pretendem disponibilizar imagens de obras de artistas portugueses contemporâneos. Ainda neste capítulo, estão disponíveis visitas virtuais a exposições organizadas pelo Ministério da Cultura.

A Direcção Geral dos *Arquivos* do Ministério da Cultura está a desenvolver um Arquivo Digital com o objectivo de incorporar, gerir e disseminar informação de arquivo em formato digital. Este sistema dará resposta pelo menos a médio prazo ao destino de informação de arquivo digital na Administração Pública.

Esta Direcção-Geral é membro do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e do European Board of National Archivists (EBNA).

A digitalização das colecções da rede de *Museus e Palácios Nacionais* é levada a cabo de modo sistemático, de acordo com procedimentos uniformizados definidos e disseminados a nível nacional pelo Instituto de Museus e Conservação, com recurso a uma plataforma informática comum para a digitalização e a disponibilização em linha: o Programa Matriz e o seu correspondente motor de pesquisa MatrizNet.

Trata-se de um serviço agregador das diversas bases de dados dos Museus Nacionais, a que em 2008/2009 serão igualmente agregadas as bases de dados de inventário dos Palácios Nacionais.

O Programa Matriz, desenvolvido e actualizado regularmente pelo IMC, constitui o standard do Ministério da Cultura para o inventário das colecções museológicas a nível nacional. Encontra-se em fase de execução uma versão actualizada do programa, ampliando substancialmente as suas funcionalidades, que será disponibilizado ainda em 2008, através da sua extensão ao património técnico-científico, ao património natural e ao património imaterial, bem como a actualização do interface MatrizNet.

No que concerne aos *meios de comunicação social*, a LUSA, agência noticiosa nacional, integrou-se no Projecto SHPAENA – num consórcio de cinco agências noticiosas europeias que se juntaram num projecto apoiado pela Comissão Europeia, para a recuperação dos seus arquivos históricos fotográficos.

O projecto, que foi iniciado em 2004 e terminou a 30 de Setembro de 2007, permitiu à LUSA recuperar, através da digitalização, aproximadamente 10 400 imagens, as quais estão disponibilizadas em linha. Actualmente, o trabalho iniciado com o Projecto SHPAENA continua a ser desenvolvido, tendo como objectivos a recuperação tão extensa quanto possível do arquivo histórico. Desde Outubro de 2007 até à presente data, foram digitalizadas cerca de 2700 imagens.

A Rádio Renascença, Lda. tem vindo a prosseguir iniciativas diversas quanto à digitalização e acessibilidade dos conteúdos dos seus canais, bem como à preservação digital de material diverso, quer escrito, quer sonoro.

A RTP (Rádio Televisão Portuguesa) tem vindo a desenvolver um Plano de Digitalização e acesso de conteúdos do seu Arquivo Histórico e de Informação. Este Plano prevê várias fases: recuperação física dos conteúdos em suportes obsoletos de filme e vídeo; recuperação da descrição e catalogação dos conteúdos; implementação e carregamento dos conteúdos em plataforma de arquivos; desenvolvimento de uma plataforma na Internet que permita o acesso aos conteúdos filmicos e sonoros.

A SIC, estação de televisão privada, iniciou em 2004 um projecto de digitalização do seu arquivo. Até à data estão digitalizadas cerca de 20 000 horas de imagens, prevendo-se que todo o arquivo, que actualmente conta com cerca de 60 000 horas de imagens, esteja digitalizado nos próximos 5 anos.

A2. Progress on the development of quantitative targets for the digitisation of analogue material in archives, libraries and museums, indicating the expected increase in digitised material which could form part of the European Digital Library and the budgets allocated by public authorities.

A Biblioteca Nacional Digital (BND), da Biblioteca Nacional de Portugal, contém actualmente cerca de 10 000 objectos digitais, a maioria constituída por materiais textuais e visuais gráficos, num total de cerca de 390 000 imagens. Os projectos de digitalização em curso continuam a focar essencialmente conteúdos patrimoniais já no domínio

público, especialmente manuscritos e livro antigo, assim como materiais de espólios (ACPC). As perspectivas actuais para 2008-2009 são de duplicar o número de títulos digitalizados (para cerca de 20 000) quase triplicando, no entanto, o número de imagens (para cerca de 800 000), uma vez que estão a ser abrangidas tipologias mais extensas, como obras de referência e jornais. O orçamento de 2008 afecto às actividades da BND e projectos relacionados, é de cerca de 480 000, não apenas para digitalização, mas também para HW/SW e serviços de suporte técnico.

A Biblioteca da Assembleia da República procedeu à digitalização de 154 000 monografias e periódicos, bem como de 1 600 000 páginas relativas às actas das sessões plenárias das instituições parlamentares desde 1821 até aos nossos dias.

Relativamente à fotografia, encontram-se digitalizadas 11 400 imagens fotográficas pertencentes ao Arquivo Fotográfico da Assembleia da República.

Encontra-se já digitalizado parte do arquivo filmico, fotográfico e documental e da colecção vídeo da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema.

Arquivo filmico

A colecção da CP-MC tem cerca de 30.000 títulos no total, dos quais 200 000 correspondem ao património cinematográfico português. Cerca de 22% da colecção filmica relativa ao cinema português ou a imagens em movimento produzidas em Portugal, está digitalizada e acessível nas instalações do Departamento ANIM da CP-MC. Prevê-se que o ritmo de crescimento de títulos digitalizados continue a ser, como em anos anteriores, em torno dos 20% no próximo ano.

Colecção vídeo

Como em todos os arquivos, o depósito digital tem vindo a constituir uma parte cada vez mais significativa do total de depósitos. Em 2007 os originais vídeo ascendiam a 8 100 títulos, com um crescimento médio anual à roda dos 20%.

Arquivo fotográfico e documental

A Base de Dados do acervo fotográfico e documental da CP-MC possui cerca de 31 000 espécies digitalizadas, compreendendo o arquivo de imagens – fotografias e

cartazes – e o arquivo documental. Dada a dimensão das colecções, e o seu crescimento anual, a percentagem de documentos digitalizados é ainda baixa em relação ao total mas tem vindo a aumentar a um ritmo de 15% ao ano. Prevê-se a continuação desta tendência em 2008. Esta Base de Dados pode ser consultada no Centro de Documentação e Informação da CP-MC.

A CP-MC, através de protocolos com outras entidades públicas, tem promovido e irá continuar a promover uma política de captação de fundos para a preservação, restauro e consequente digitalização das suas colecções, de que é exemplo o restauro e digitalização dos filmes do Museu Vicentes do Funchal, depositados nos seus arquivos, em 2007.

Na área da música existem três grandes bases de dados: a do Centro de Informação Musical, especificamente dirigida a compositores contemporâneos, a do Museu da Música Portuguesa, de momento exclusivamente dedicada à obra de Fernando Lopes-Graça e um conjunto de informação sobre os compositores e respectivas obras (com documentos em formato visual e sonoro, para além das respectivas biografias, listas de obras e partituras) que o site da DGARTES coloca em linha, exemplificativo da história da música portuguesa desde o século XVIII até aos clássicos do século XX. Esta última plataforma contempla a publicação de conteúdos em dupla versão, portuguesa e inglesa, com:

- Biografia dos compositores;
- Lista de obras dos compositores (incluindo a data de composição e o arquivo onde podem ser consultadas ou fotocopiadas);
- Imagens documentais;
- Partituras (partitura digitalizada a disponibilizar em formato pdf);
- Excertos sonoros (ficheiros de som das obras mais exemplificativas do compositor);
- Ferramentas de pesquisa.

Relativamente à preservação digital de arquivos, foi planeado e orçamentado para 2008, pela DGARQ, o projecto RODA, Repositório de Objectos Digitais Autênticos.

Foi ainda incluído como objectivo estratégico da DGARQ a construção do repositório que será concluída no fim de 2008.

Há ainda vários projectos em desenvolvimento nomeadamente relacionados com emigração – digitalização de registos de passaportes e fundo documental da Inquisição. Ambos estes projectos poderão originar conteúdos susceptíveis de integração na Biblioteca Digital Europeia. Foram ainda desenvolvidos projectos de digitalização, como os Álbuns fotográficos do jornal “O Século”, registos paroquiais ou “Origens do Português”.

O acervo do Arquivo Municipal de Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa, detém actualmente cerca de 600 000 imagens fotográficas (provas e negativos) das quais mais de 100 000 estão já informatizadas e disponíveis ao acesso público. Existem mais de 110 000 imagens que estão em formato digital, mas ainda não estão acessíveis em linha ao público, o que se espera que aconteça em breve. Em relação à documentação anterior a 1383 estão já disponíveis cerca de 400 a 500 imagens. O próximo passo é a digitalização dos documentos do período que se situa entre 1384 e 1550. Simultaneamente encontram-se em fase de digitalização alguns conjuntos documentais do século XVIII relativa a documentação régia, bem como os fundos de arquitectura. Também se encontra digitalizada a colecção de 70 prospectos do Cartulário Pombalino e o Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, na qual constam levantamentos topográficos. Estão também digitalizadas cerca de 300 imagens de alçados, desenhos, plantas e prospectos arquitectónicos.

No final de 2007 encontrava-se digitalizada a informação relativa a um total de 313.435 peças das colecções da rede de Museus e Palácios Nacionais. Daquele quantitativo, encontra-se disponibilizada em linha no motor de pesquisa MatrizNet <<http://www.matriznet.ipmuseus.pt>> informação relativa a 30 000 peças, o qual se pretende estender a um total de 50 000 peças em 2008, designadamente como contributo nacional para a European Digital Library.

O IMC definiu como critério prioritário a digitalização dos acervos dos museus que dele dependem e, dentro dessa prioridade, a acessibilidade de informação sobre os bens mais relevantes do ponto de vista patrimonial, onde se inserem designadamente os Bens Classificados de Interesse Nacional.

A digitalização de conteúdos culturais de entidades públicas e privadas tem sido possível também através de financiamentos conjuntos Estado /POC e POSC (Programa Operacional Cultura e Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, respectivamente).

Esta estratégia tem vindo a permitir um aumento muito significativo de material pronto a disponibilizar na BDL, proveniente do acervo de bibliotecas, associações, museus, fundações, autarquias (Alguns exemplos: Associação 25 de Abril, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Fundação Serralves, Fundação Batalha de Aljubarrota, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Alentejo - Terra Mãe, Museu Nacional da Imprensa)..¹

No que se refere aos meios de comunicação social, a RTP já procedeu ao carregamento no sistema de mais de 5 000 horas de Informação. Está igualmente prevista a transcrição de filmes e vídeos, para formatos digitais de nova geração (Betacam Digital e SX), todos os conteúdos em formatos obsoletos, e de um total de 28 800 horas alvo de transcrição para digital, cerca de 27 690 horas (96%) estavam concluídas em 31/12/2007.

Iniciou-se em 2008 o desenvolvimento duma plataforma para a disponibilização na Internet dos conteúdos de arquivos filmicos e sonoros. No que respeita ao som (Rádio), procedeu a RTP à transcrição para ficheiro de 54 250 horas de conteúdo sonoro recorrendo à tecnologia de armazenamento digital.

No que se refere ao arquivo fotográfico da RTP prevê-se seleccionar para digitalização, 250 000 dos 600 000 mil fotogramas em negativo, estando para breve o acesso em linha da colecção.

O Centro Museológico e Documental da RTP procedeu à digitalização de cerca de 640 000 documentos dos seguintes espólios documentais: Guiões de Programas da ex. Emissora Nacional (cerca de 225 000 documentos); Guiões de Teatro Radiofónico da ex. E.N. (cerca de 125 000 documentos); Partituras de Música Ligeira (6 000 partituras, com cerca de 290 000 páginas).

No âmbito do processo de constituição do inventário das colecções museológicas de rádio e televisão, prevê-se que durante 2008 e 2009 as colecções possam estar tratadas e descritas com vista à sua disponibilização ao

público, nomeadamente no futuro Museu Virtual da Rádio e Televisão que se pretende criar.

Outros órgãos de comunicação social, designadamente jornais e estações de rádio e televisão, públicos e privados, encontram-se a desenvolver esforços significativos de digitalização dos seus acervos, estando alguns deles já disponíveis ao grande público.

A3. Progress on partnerships between cultural institutions and the private sector in order to create new ways of funding digitisation of cultural material.

Na Biblioteca Nacional de Portugal têm sido desenvolvidos grandes esforços no sentido de captação de fundos para a digitalização.

A Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, através de protocolos com entidades privadas, tem promovido e irá continuar a promover uma política de captação de fundos para a preservação, restauro e conseqüente digitalização das suas colecções, de que é exemplo o restauro e digitalização dos filmes CUF em 2007.

No âmbito da Rede de Museus e Palácios Nacionais, o desenvolvimento do programa de Inventário (Matriz) e do respectivo motor de pesquisa em linha (MatrizNet) é desenvolvido e actualizado no âmbito de uma parceria realizada entre o IMC e uma empresa do sector privado (Softlimits) especializada em Sistemas de Informação.

O Arquivo Municipal de Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das parcerias com o sector privado, tem estabelecido parceria com a empresa MIND.

A4. Progress on the set-up and sustaining of large scale digitisation facilities.

A Biblioteca Nacional de Portugal tem acompanhado desde 2007 um projecto de implementação em Portugal de uma instalação comercial de digitalização em massa (altamente robotizada), liderado pela .Infotechnique <<http://www.infotechnique.com/>>, <<http://www.infotechnique.com/>>, uma das principais empresas de processamento de documentos a nível internacional e que tem sido fornecedora de

serviços de digitalização para projectos de grandes bibliotecas como a BNF. Para este negócio está a ser constituído um consórcio que, para além da Infotechnique contará com capital português, na ordem dos 40%. Espera-se que esta instalação, dirigida para os mercados português, espanhol, africano e sul-americano, seja uma das maiores no seu género na Europa. Esta instalação da Infotechnique em Portugal fornecerá um tipo de serviços até agora inexistente em Portugal e certamente contribuirá também para elevar o nível técnico da indústria de serviços de digitalização no país, cuja oferta é ainda em muitos aspectos incipiente no que respeita aos requisitos dos acervos patrimoniais e da preservação digital a longo prazo. A BNP espera negociar com a Infotechnique um acordo de condições especiais para a utilização dos seus serviços.

A digitalização em larga escala não é aplicável ao processo de digitalização das colecções museológicas. Quando necessário, a digitalização em larga escala restringe-se a fundos das bibliotecas dos Museus e Palácios Nacionais, de que é exemplo a conclusão, em 2008, da digitalização da Revista "O Arqueólogo Português", editada pelo Museu Nacional de Arqueologia.

A5. Progress of cultural institutions, as well as publishers and other rightholders to make their digitised material searchable through the European Digital Library. Describe in particular the progress on the application of common digitisation criteria by cultural institutions and, where relevant, private companies, in order to achieve interoperability with the European Digital Library and to facilitate cross-language searchability.

A Biblioteca Nacional de Portugal é membro fundador do serviço TEL – The European Library (<<http://www.theeuropeanlibrary.org/>>) <<http://www.theeuropeanlibrary.org/>> e já disponibiliza as suas digitalizações através do portal TEL, cujos conteúdos e serviços serão a base primordial da futura Biblioteca Digital Europeia (EDL, <<http://www.europeana.eu/>>). Em 2007, a BNP colaborou também com a BNF no desenvolvimento do protótipo Europeana e é actualmente parceiro no

projecto europeu TELPlus, cujo principal objectivo é a implementação comum de protocolos abertos para a consolidação e desenvolvimento da rede TEL. Por estas razões, não se prevêem problemas de interoperabilidade dos sistemas da BNP com os futuros serviços da EDL. O desenvolvimento de normas e critérios comuns de digitalização, incluindo requisitos base de interoperabilidade, está a ser equacionado conjuntamente por diversos organismos do MC (nomeadamente a partir da BNP, DGARQ, IMC). Está a ser estabelecida uma agenda e um grupo de trabalho que se espera produza resultados (recomendações técnicas) a disponibilizar publicamente a partir do final de 2008.

Tal como referido em (1), a digitalização das colecções da rede de Museus e Palácios Nacionais é efectuada de modo sistemático, de acordo com procedimentos uniformizados, definidos e disseminados a nível nacional pelo IMC, sendo desejável a promoção da interoperabilidade entre o motor de pesquisa MatrizNet e a European Digital Library.

A6a. Progress on mechanisms to facilitate the use of orphan works.

Num universo de cerca de 18 000 títulos de filmes portugueses, quer em suporte analógico ou digital, que a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema conserva em arquivo – longas e curtas-metragens de ficção, documentários, actualidades, filmes institucionais e de publicidade, filmes de animação, programas e séries de televisão, filmes de amador, filmes educativos, registos científicos produzidos por organismos estatais, encontram-se também determinado número de filmes que poderemos caracterizar como "obras órfãs" na medida em que não são conhecidos os respectivos detentores de direitos.

Por ser um arquivo fílmico com uma colecção relativamente pequena, se comparada com colecções de outros países europeus, tende-se a superar a não existência de detentores de direitos habilitados a autorizar a utilização de obras em arquivo quer pela:

- localização de eventuais herdeiros ou entidades que os representem, remetendo para estes, ainda que não tenham legalmente sucedido na titularidade dos detentores de direitos, a produção da necessária autorização;

- remetendo para eventuais depositantes, ainda que não detentores de direitos, a responsabilidade de emitir a autorização de utilização do material depositado, quando é o caso;
- suprimindo a necessidade de autorização para utilização de obra fílmica pela exigência de uma declaração do utilizador, em como este envidou todos os esforços para localizar os detentores de direitos e, não o tendo conseguido, se compromete a regularizá-los caso estes venham a reclamá-los.

Esta prática, ainda que sem base legal, parece-nos um avanço em relação à prática de outros arquivos, nomeadamente nos Estados Unidos, em que colecções inteiras de filmes permanecem inacessíveis por inexistência de detentores de direitos que autorizem a sua utilização e, deste modo, destinados a deteriorarem-se até à perda total de um património insubstituível.

Neste sentido, sugerimos que esta prática sirva como base para o estudo de um mecanismo jurídico que enquadre o problema das “obras órfãs”, semelhante ao que é proposto pelo artigo 51º do Código de Direitos de Autor e Direitos Conexos para o direito de autor incluído em herança vaga, ou seja, um mecanismo que determine a sua associação a obras sob responsabilidade do Estado e, posteriormente, em prazo mais ou menos alargado, a sua passagem para o domínio público.

A6b. Progress on mechanisms to facilitate the use of works that are out of print or out of distribution.

Por parte da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, tem existido colaboração com outras Cinematecas das redes FIAF e ACE, no sentido de facilitar a circulação de cópias raras.

Têm-se desenvolvido, também, programas de preservação de filmes que anualmente tornam disponíveis para exibição cerca de dez longas-metragens e quarenta a cinquenta curtas-metragens por ano.

A6c. Progress on the availability of lists of known orphan works and works in the public domain.

No que diz respeito à música, têm vindo a ser desenvolvidos esforços no sentido de tornar disponível um maior número de obras do domínio público. Ver 6. a), supra.

Na área da fotografia, existe material órfão registado no Centro Português de Fotografia, estando identificados cerca de 4 000 documentos fotográficos com autores desconhecidos, sendo que alguns ainda não se encontram em domínio público.

A6d. Progress on the identification of barriers in your legislation to the online accessibility and subsequent use of cultural material that is in the public domain – and the steps taken to remove them.

A alteração do suporte analógico para o suporte digital, quando aplicado a obras caídas no domínio público, não levanta problemas jurídicos especiais. Apenas se exige que a prática do acto respeite, se possível, a integridade e a genuinidade da obra, em atenção ao princípio da protecção do património cultural do País.

Situação diversa, é a que se verifica quando a obra intelectual é protegida pelo Direito de Autor. Nesse caso, o uso de um novo suporte, que constitui uma nova forma de utilização da obra, fica sujeita à prévia autorização do titular do direito, o qual, em atenção ao direito exclusivo, além do poder de autorizar ou de proibir, tem previamente de dar o seu consentimento, podendo ainda prestá-lo sob condições.

A Directiva comunitária sobre o direito de autor na sociedade de informação, transposta por Portugal em 2004, veio consagrar o direito exclusivo de colocar a obra à disposição nas redes digitais aos titulares de direitos de autor e direitos conexos.

Esta nova situação jurídica, na óptica da futura criação da biblioteca digital europeia, suscita a imperiosa necessidade de obtenção de um acordo prévio com os titulares de direitos. Trata-se de uma tarefa difícil, pois não chega estender esse acordo às entidades de gestão colectiva de direitos existentes, uma vez que elas não representam todos os titulares. Mais acessível se mostrará a busca de uma solução legislativa para as designadas “obras órfãs”, problema que, no caso português, vai exigir medidas legislativas adequadas.

A Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema identifica a existência de dificuldades no âmbito dos direitos de autor e direitos conexos, no que respeita à disponibilização de conteúdos, com especial incidência na área do cinema. O mesmo sucede na área da música.

No domínio dos arquivos e não obstante os progressos no desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural, as barreiras identificadas relativamente a este tipo de material não são impeditivas, mas antes restritivas: restrições de acesso a materiais que contenham dados pessoais e matéria classificada de Estado, a abertura destes documentos à consulta pública é excessivamente demorada situando-se entre os 50 e 75 anos. A DGARQ pretende propor a revisão da legislação relativa a arquivos, no sentido de criar um conjunto coerente e menos restritivo de legislação.

Em relação aos museus considera-se não existirem obstáculos na legislação à acessibilidade em linha das colecções museológicas.

B. DIGITAL PRESERVATION

B1. Progress on national strategies for the long-term preservation of and access to digital material. Describe the organisational approach, indicating the roles and responsibilities of the parties involved as well as the allocated resources. Describe the specific action plans outlining the objectives and a time-table for the specific targets to be met.

Em 2008-2009, a Biblioteca Nacional de Portugal vai proceder à revisão da infra-estrutura técnica do armazenamento digital, normas e instrumentos de produção e serviços da BND, de forma a adequar a robustez dos sistemas ao volume de dados, tornar mais produtivos os processos de trabalho e estabelecer uma base mais sólida para a preservação digital a longo prazo. Decorrente desta, espera-se também a produção de orientações técnicas e boas práticas que possam ser disponibilizadas a outras bibliotecas e que poderão ser objecto de acções a incluir no programa de formação da BNP para 2009.

Na Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema encontra-se em curso uma reflexão sobre estratégias futuras sobre preservação digital, envolvendo eventualmente parceiros europeus e outros.

Relativamente à preservação digital, foi planeado e orçamentado para 2008, na Direcção-Geral dos Arquivos, o projecto RODA, Repositório de Objectos Digitais Autênticos. Foi ainda incluído como objectivo

estratégico da DGARQ a construção do repositório que será concluída no fim de 2008. Este arquivo receberá a informação arquivística digital produzida na Administração Pública e que possua valor patrimonial, funcionando como um "arquivo nacional digital". Estão ainda a ser desenvolvidos documentos técnicos de carácter recomendatório relativos a preservação digital de que se destaca o Guia para elaboração de Plano e de Preservação Digital em vias de publicação na Internet.

O IMC procede ao acompanhamento dos critérios e requisitos técnicos indispensáveis à preservação dos seus bancos de dados digitais.

B2. Progress on exchange of information with other Member States on your strategies and action plans.

Na Biblioteca Nacional de Portugal a troca de informação com outros Estados Membros tem sido incrementada sobretudo através da participação da BNP no serviço TEL, e em projectos como o TELPlus, DigMap <<http://www.digmap.eu/>>, <<http://www.digmap.eu/>> and EoD – Digitisation on Demand <<http://books2ebooks.eu/>>. <<http://books2ebooks.eu/>>. Desde 2008 a BNP participa também na EDLNet <<http://www.digitalallibrary.eu/edlnet/>>, <<http://www.digitalallibrary.eu/edlnet/>> e é membro associado da iniciativa DPE – DigitalPreservationEurope <<http://www.digitalpreservationeurope.eu/>>, <<http://www.digitalpreservationeurope.eu/>>.

Foram estabelecidas relações entre a Direcção-Geral dos Arquivos e arquivos nacionais no âmbito do projecto EPA.EU. ou portal de arquivos europeu, no sentido de candidatar um projecto ao eContentPlus para construção do portal e acessibilização em linha de conteúdos. Esta iniciativa está interligada com a Biblioteca Digital Europeia sendo apoiada pela Fundação EDLNET. O projecto foi preliminarmente aprovado, embora esteja neste momento em negociação com a Comissão.

Nos últimos anos, o Instituto Português de Museus / Instituto dos Museus e da Conservação tem participado nas reuniões relativas a Digitalização de Colecções promovidas pelas sucessivas Presidências do Conselho da UE, no âmbito das quais tem igualmente procedido à

divulgação da estratégia do IMC para os Museus Nacionais. A nível internacional, refira-se igualmente que é membro-fundador da NE-MO (Network of European Museums Organisations), através do qual procede ao intercâmbio de informação em matéria de digitalização de colecções e de preservação digital. A nível nacional, mas com repercussões internacionais, o IMC tem, em anos anteriores, disponibilizado informação sobre as suas actividades nesta área à Secretaria Geral do Ministério da Cultura, para publicação nos relatórios anuais do NRG (National Representatives Group – coordination mechanisms for digitisation policies and programmes), editados até 2006 sob a chancela do programa MINERVA, que constituem um instrumento de referência a nível europeu.

B3. Progress on legal provisions for multiple copying and migration of digital cultural material by public institutions for preservation purposes.

No que se refere aos arquivos o problema está a ser equacionado no sentido da subcontratação de empresas de armazenamento de documentos estrangeiras. Nestas situações pode ocorrer que material de carácter potencialmente cultural venha a ser alojado fora das fronteiras portuguesas. Isto é verdade tanto para documentos físicos, como digitais.

B4. Progress on policies and procedures for the deposit of born-digital material. Please note how you are taking into account developments in other Member States in order to prevent a wide divergence in depositing arrangements.

Na Biblioteca Nacional de Portugal está em preparação uma nova legislação de depósito legal, que irá cobrir material nascido-digital. Espera-se que a nova legislação seja aprovada em 2008.

Na Direcção Geral dos Arquivos, para além do arquivo digital RODA, estão a ser desenvolvidos documentos preconizados pela norma TRAC (Trustworthy Repositories Audit & Certification), entre os quais se conta o documento de políticas de governação do arquivo digital que contempla, entre outros, o regime de incorporações de documentos de arquivo electrónicos.

B5. Progress on legal provisions for the preservation of web-content by mandated institutions.

Até ao momento, Na Biblioteca Nacional de Portugal não existem disposições legais, ou responsabilidades formalmente atribuídas, nesta matéria.. Contudo, a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN - <<http://www.fccn.pt>>), está a desenvolver desde 2007 um projecto para o arquivo da Internet portuguesa (domínio .pt).

O projecto está a ser desenvolvido sobre os resultados de trabalho já realizado pelo grupo de investigação XLDB <<http://xldb.fc.ul.pt/>>, <<http://xldb.fc.ul.pt/>> da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, nomeadamente o motor de pesquisa TUMBA <<http://www.tumba.pt/>>, <<http://www.tumba.pt/>>, e o protótipo do serviço TOMBA <<http://tomba.tumba.pt/>>. A FCCN prevê que o arquivo da Internet portuguesa se torne um serviço operacional e disponível ao público em 2009.

¹ Alguns exemplos: Associação 25 de Abril, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Fundação Serralves, Fundação Batalha de Aljubarrota, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Alentejo - Terra Mãe, Museu Nacional da Imprensa.